



Questões práticas de interesse da Advocacia

JUSTIÇA FEDERAL



DICAS PARA OTIMIZAR O USO DOS SISTEMA PROCESSUAL e-PROC PELOS PROFISSIONAIS DO DIREITO

SUBSTABELECIMENTO

O advogado originário da causa poderá substabelecer os poderes que lhe foram outorgados mediante movimentação gerada no e-Proc, sem a necessidade de apresentar qualquer documento no processo. Mas para que o substabelecimento seja efetivado, o advogado substabelecido deve estar cadastrado no sistema.

Veja como é fácil:

No menu principal, escolha a opção Substabelecimento/Substabelecimento Individual.



- Digite o número do processo a ser substabelecido ou localize-o pelos campos disponíveis (originário, parte, CPF...);



SUBSTABELECIMENTO

- Escolha o tipo de substabelecimento (com reserva ou sem reserva), marque a Parte representada e digite a OAB;

Substabelecimento de Processo

Processo: 5096676-86.2019.4.02.5101

Informações para o substabelecimento

Tipo de substabelecimento:

- ☒ Sem Reserva
- ☐ Com Reserva

Buscar por:

Login

PRO. ... LUZA ... ADVOGADO

Gerar Substabelecimento

- Clique no botão Gerar Substabelecimento.

Substabelecimento de Processo

Processo: 5096676-86.2019.4.02.5101

Informações para o substabelecimento

Tipo de substabelecimento:

- ☒ Sem Reserva
- ☐ Com Reserva

Buscar por:

Login

PRO. ... LUZA ... ADVOGADO

Gerar Substabelecimento

Parte Representada	Qualificação da Parte
MONICA ... LHO	APELANTE

- ATENÇÃO:** caso haja processo originário ou recurso em outro grau, o e-Proc pergunta ao Advogado se quer estender o Substabelecimento. Em caso positivo haverá o lançamento do evento que sinaliza o Substabelecimento em ambos os processos, 1º e 2º:

Substabelecimento de Processo no TRF2

Replicar o substabelecimento para o processo de 1º grau?

☒ Sim ☐ Não

Gerar Substabelecimento

- Marque a opção desejada:

Substabelecimento de Processo no TRF2

Replicar o substabelecimento para o processo de 1º grau?

☒ Sim ☐ Não

Continuar Substabelecimento

SUBSTABELECIMENTO

- Resultado do Substabelecimento:

Número Processo	Parte Representada	Qualificação da parte	Tipo Substabelecimento	Mensagem
5092773-C3-2019.4.02.5101	MONICA MARIA DA CONCEIÇÃO	APELANTE	Processo substabelecido para LUIZA EUGENIA - ADVOGADO Processo substabelecido no 1º Grau para LUIZA EUGENIA - ADVOGADO	



REVOGANDO UM SUBSTABELECIMENTO

- Vá para a tela de detalhes do processo e, na seção Ações, clique em **Substabelecimentos**.

Ações

Árvore | Audiência | Certidão Narrativa | Custas | Fórum Conciliação | Movimentar/Peticionar | Pedido de Preferência/Sustentação Oral | **Substabelecimentos**

- Na lista de substabelecimentos, clique no **(ícone da lixeira)** ao lado do substabelecimento que deseja revogar.

Substabelecimento de Processo

Processo: 5092773-C3-2019.4.02.5101

Informações para o substabelecimento

Tipo de substabelecimento:
☐ Sem Reserva
☐ Com Reserva

Buscar por:
Login
☒ Advogado
☐ Soc. Advogados
☐ Escritório de Prática Jurídica

Lista de Partes para as quais deverá ser feito o substabelecimento (1 registro)

Parte Representada	Qualificação da Parte
CELICIA ALVES DA CONCEIÇÃO MARQUES	APELANTE

Lista de Partes para as quais foi feito o substabelecimento com reserva (1 registro)

Parte Representada	OAB Substabelecido	Data do Substabelecimento	OAB Substabelecente	Ações
CELICIA ALVES DA CONCEIÇÃO MARQUES	PR061473	15/09/2020	PR061214	



P E T I Ç Ã O

PETIÇÃO

Para garantir maior celeridade ao seu processo, cadastre corretamente o evento com o tipo de petição pertinente.

O **correto cadastro da petição** viabiliza a adequada **automação do processo**, **proporciona maior rapidez na movimentação** de seu processo e **gera eficiência** durante as fases processuais:



Evento a ser lançado:

ACORDO DE NÃO-PERSECUÇÃO PENAL
AGRAVOS DE DECISÃO DENEGATÓRIA DE REC. ESPECIAL E EXT.
ALEGAÇÕES FINAIS
APELAÇÃO
APRESENTAÇÃO DE QUESITOS
CIÊNCIA, COM RENÚNCIA AO PRAZO
COMUNICAÇÕES
CONTESTAÇÃO
CONTRARRAZÕES
DEFESA PRÉVIA
DENÚNCIA
EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGOS INFRINGENTES
ENCAMINHAMENTO PARA MUTIRÃO
CONCILIAÇÃO
EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE
EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
GUIAS DE RECOLHIMENTO / DEPÓSITO / CUSTAS
IMPLICAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE

Adicionar mais Documentos | Digitar Documento | O

[.]Documento 1

Arquivo: ? Escolher arquivo

Tipo:

Seq ⑦ Forma

Total: 0 bytes

OFICIO/COMUNICAÇÃO
ORDEN DE LIBERAÇÃO
OUTROS
PAGAMENTO DE CUSTAS
PARECER
PARECER / CÁLCULO DA CONTADORIA
PARECER/PROMOÇÃO/MANIFESTAÇÃO MINISTÉRIO PÚBLICO
Ped. Exp. de Alvará de Levantamento - Formulário
PEDIDO DE ARQUIVAMENTO
PEDIDO DE ARQUIVAMENTO
PEDIDO DE EXTINÇÃO POR MÚLTIPLAS CAUSAS
PEDIDO DE LIMINAR/ANTECIPAÇÃO DE TUTELA
PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO
PEDIDO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL
PEDIDO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO
PEDIDO DE TRANSAÇÃO PENAL
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE LEI - TNU
PEDIDO DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA
PERFIL PROFISSIONÁRIO PREVIDENCIÁRIO
PERÍCIA
PETIÇÃO
PETIÇÃO INICIAL

E, caso seja necessário instruir a petição com algum documento, evite nomeá-lo com o termo genérico “outros”. Utilize uma das opções que o sistema oferece.

A inclusão de documentos com o termo genérico dificulta a análise, podendo retardar o andamento processual:



Evite petições para simplesmente informar que está ciente de determinado ato processual. O e-proc disponibiliza evento específico para esta situação. **É mais fácil e rápido, sem a necessidade de o advogado ter que redigir textos e gera, inclusive, maior celeridade na análise processual.**

Evento a ser lançado:

praz
CIÊNCIA, COM RENÚNCIA AO PRAZO
RENÚNCIA AO PRAZO

Para maior agilidade na expedição de RPV/Precatório, caso o advogado opte pela requisição de seus honorários em nome da sociedade de advogados, deverá efetuar o cadastro da pessoa jurídica, seguindo as orientações descritas no item 3.7, que se encontra no seguinte link <https://www.trf2.jus.br/jfes/atendimento/atendimento-ao-publico-abertura-de-chamados> e se adequam. Bem como se o representante também atua como parte:

<https://www.trf2.jus.br/jfes/atendimento/atendimento-ao-publico-abertura-de-chamados>

Essa providência garante maior rapidez na expedição da RPV/Precatório, já que o cadastro da requisição será imediato, sem a necessidade de outros ajustes.



P E T I Ç Ã O I N I C I A L

PETIÇÃO INICIAL

Importante: ao ajuizar uma ação inclua TODOS os advogados descritos na procuração, no ícone “incluir outros advogados”.

Caso a parte a ser cadastrada seja incapaz, por exemplo, informe adequadamente em qual situação ela e o respectivo representante se adequam. Bem como se o representante também atua como parte:

Peticionamento Eletrônico (1 de 5) - Informações do processo

Informações do processo >> Assuntos >> Partes Autoras >> Documentos

Informações Preliminares

Desejo entrar com a ação em:

Vitória

Rito:

JUIZADO ESPECIAL FEDERAL

Classe processual:

PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍ

Nível de Sigilo do Processo: ?

Sem Sigilo (Nível 0)

Valor da Causa: (R\$) (Somente números)

☐ Não se aplica ☐ Renuncia valor excedente a 60 salários mínimos.

+ Incluir outros advogados

Caso a parte a ser cadastrada seja incapaz, por exemplo, informe adequadamente em qual situação ela e o respectivo representante se adequam. Bem como se o representante também atua como parte.

A observação dessas questões proporciona agilidade no despacho inicial da ação ajuizada, sem a necessidade de aguardar a retificação da autuação incompleta ou deficitária:



Salvar Fechar

Relativamente Incapaz (Art. 4º CC)
Representado - art. 10, Lei 10.259/2001
Representado Ação Coletiva
Sucessão

Representantes
Tutor
Pais
Curador

Atua também como parte? ☒ Sim ☐ Não



Nome	CPF / CNPJ	Tipo de Parte	Principal?	Tipo Representação	Justiça Gratuita	Ações
[REDACTED]	[REDACTED]	AUTOR	Sim	Absolutamente Incapaz (Art. 3º CC)	Não	X
IVAN DANTAS FONSECA	[REDACTED]	AUTOR	Não	Curador (Não atua como parte)	Não	X

Ao ajuizar uma ação, no campo “informações adicionais” o advogado também poderá optar pelo JUÍZO 100% DIGITAL. Essa opção possibilita ao advogado valer-se da tecnologia para ter acesso à Justiça **sem precisar comparecer fisicamente nos Fóruns**, uma vez que, no “Juízo 100% Digital”, todos os atos processuais serão praticados exclusivamente por meio eletrônico e remoto, pela Internet. Isso vale, também, para as audiências e sessões de julgamento, que vão ocorrer exclusivamente por videoconferência.

Informações Adicionais

☐ Requer prioridade de tramitação - Doença grave
☐ Intervenção do Ministério Público
☐ Requer prioridade de tramitação - Pessoa com deficiência
☐ Pessoa em situação de rua
☐ Opção por Juízo 100% Digital

☐ Requer Liminar/Antecipação de Tutela
☐ Requer prioridade de tramitação - Idoso
☐ Requer prioridade de tramitação - Criança e Adolescente
☐ Processo com pessoa enquadrada na LEI 14.289



DEPÓSITO JUDICIAL NA CAIXA

Você sabia que a geração de guia para realizar depósito judicial pode ser feita remotamente pela internet, sem a necessidade de comparecimento perante a Caixa Econômica Federal?

1) Basta acessar: www.caixa.gov.br

Logo na página inicial escolha a opção PODER PÚBLICO e “Serviços para o Judiciário”



2) Em Acesso rápido – *Guia de Depósito Judicial*, escolha a opção **Justiça Federal** (Gerar guia de depósito)



Depósito Judicial

Insira abaixo o Número do Processo

123 [REDACTED]

Este processo está no:

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Importante: Para gerar a guia no formato antigo, clique [aqui](#).

Consultar Processo ←

3) Em Depósito Judicial, insira o número do respectivo processo no campo apropriado e clique em *Consultar Processo*:

ATENÇÃO: Especificamente para o depósito judicial referente ao pagamento de honorários periciais em demandas previdenciárias contra o INSS, clique na opção TRIBUTÁRIO (apesar de não possuir cunho tributário, é essa a orientação da instituição bancária).

Qual a natureza do depósito?

Depósito

**Tributário**
Referentes a depósitos tributários em processos que tramitam na Justiça Federal.

Não Tributário
Depósitos Judiciais em processos que tramitam na Justiça Federal

E, logo em seguida, em Receita Federal do Brasil.

A qual órgão este depósito será vinculado?

x

Um depósito judicial tributário pode ter vinculação com a Receita Federal do Brasil ou Instituto Nacional do Seguro Social. A seleção do órgão de vinculação permitirá a escolha do código de receita/depósito correspondente à cada um. Sua escolha também definirá a operação da conta judicial: 0635 para RFB ou 0280 para INSS.



Receita Federal do Brasil

INSS

Escolha abaixo o Código de Receita de acordo com o órgão envolvido *

Pesquise aqui o Código da Receita

1604 - ACAO PENAL INQ POL MPF - CPF - CNPJ
1607 - MULTA ATER CONST IRR SPU - CPF - CNPJ
1947 - PIS-IMPORTACAO - CPF - CNPJ
1994 - COFINS - IMPORTACAO - CPF - CNPJ
2057 - ARRENDAMENTO SPU - CPF - CNPJ
2073 - FORO SPU - CPF - CNPJ
2080 - DEP JUD EXTRAJUD PGF/AGU - CPF - CNPJ
2081 - LAUDêMIO SPU - CPF - CNPJ
2090 - TAXA DE OCUPAção SPU - CPF - CNPJ
2102 - OUTRAS REC IM SPU - CPF - CNPJ

O código da receita a ser utilizado é o
“2080 – DEP JUD
EXTRAJUD
PGF/AGU – CPF – CNPJ”

Clique em CONTINUAR

Escolha abaixo o Código de Receita de acordo com o órgão envolvido *

2080 - DEP JUD EXTRAJUD PGF/AGU - CPF - CNPJ



Voltar

Continuar



DEPÓSITO JUDICIAL

Indique o CPF
do depositante.

Identifique o Contribuinte *

123 CPF/CNPJ

Em seguida, o telefone
de contato.

Telefone para contato *

(27) 99999-9999|

Voltar

Continuar

Preencha todos os campos que serão apresentados e clique em “Continuar”:

Observação: no campo “Identifique o Réu”, utilize o CNPJ do INSS: 29979036000140.

Pronto, ao final, surgirá a opção de pagamento: “Transferência Judicial” ou “PIX”

Escolha a forma de Pagamento do Depósito ⓘ



Transferência
Judicial



PIX

Para o caso de transferência judicial, a guia de depósito poderá ser visualizada na opção “Ver guia de depósito”:



Copiar o ID de depósito



Ver guia de depósito



Acessar o Internet Banking

Já na opção PIX, além do acesso à guia de depósito, também será gerado o QR Code para pagamento.

Acesse a **jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região** através do link
<https://www.trf2.jus.br/taxonomy/term/826>

Ou pelo QR Code.



**JUSTIÇA FEDERAL 2ª REGIÃO**

Redes sociais ACESSIBILIDADE  **Alto contraste**

Buscar

Atendimento e contatos Consultas e serviços Institucional Transparência

Início / Consultas e serviços - Tribunal Regional Federal 2ª Região / Jurisprudência

Olá, ES10906 - JFES - RENATO LIBERATO

[Minha conta](#) [Meu Painel](#) [Sair](#)

[Voltar para TRF2 - Jurisprudência](#)

O Tribunal e a jurisprudência

TRF2

Grupo gestor desta página: [SETJUR](#)

Buscar nesta página

Aplicar

Busque palavras-chave título ou no texto

O Tribunal e a jurisprudência

Publicado em: 2 Fevereiro, 2024

Última modificação: 9 Agosto, 2024

O **conjunto das decisões** sobre interpretações das leis, feitas pelos tribunais, é chamado de jurisprudência. As decisões são denominadas **monocráticas**, quando proferidas somente por um juiz, ou **acórdãos**, quando proferidas pelo colegiado, e são disponibilizadas na base de dados.

A jurisprudência recente do TRF 2ª Região pode ser pesquisada no botão abaixo:

Consulta à jurisprudência do TRF2

Os links a seguir poderão ser complementares à sua pesquisa. A listagem inclui, além da jurisprudência dos Tribunais Superiores, a base legada desta corte, com os documentos de processos baixados e/ou conclusos.

- [Fontes da Justiça Federal da 2ª Região](#)
- [Outras fontes](#)

Para mais informações sobre nossa pesquisa de jurisprudência, envie e-mail para setjur@trf2.jus.br.

Diretor do Foro
Rogerio Moreira Alves

Editoração
Divisão de Comunicação Social e Relações Públicas

Colaboração
Sérgio Batista Pimentel
Diretor de Secretaria do 3º Juizado Especial Federal



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Espírito Santo